

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.518.696 - ES (2019/0163016-5)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : G R DAS N
ADVOGADOS : DELANO SANTOS CÂMARA - ES007747
RAPHAEL AMERICANO CÂMARA E OUTRO(S) - ES008965
SANDRO AMERICANO CÂMARA - ES011639
LEANDRO LEÃO HOCHÉ XIMENES - ES018911
AGRAVADO : L P N
ADVOGADO : RICARDO TADEU RIZZO BICALHO - ES003901

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 338):

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - PENHORA SOBRE SALÁRIO - DÍVIDA NÃO ALIMENTAR - IMPOSSIBILIDADE - VALORES JÁ DESCONTADOS - PERDA DO CARÁTER ALIMENTAR - RESTITUIÇÃO INDEVIDA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1 - Prevê o artigo 833, VI, do NCPC que são impenhoráveis os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, ressalvada a possibilidade de penhora para pagamento de pensão alimentícia.

2 - Sendo os valores devidos oriundos do inadimplemento de contrato de locação, impõe-se sua impenhorabilidade. Precedentes.

3 - Não é cabível a restituição dos valores já descontados pois, uma vez que os valores mensalmente precebidos não tenham sido consumidos integralmente para o suprimento de necessidades básicas da parte, a verba relativa ao recebimento de salário, vencimentos ou aposentadoria perde seu caráter alimentar, tornando-se penhorável.

4 - Recurso parcialmente provido.

5 - Agravo Interno prejudicado.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Superior Tribunal de Justiça

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação do art. 649, inciso IV, do Código de Processo Civil de 1973.

Sustenta, em síntese, que "o acórdão recorrido, ao entender que a impenhorabilidade prevista no art. 649, IV, do CPC/73, é absoluta, divergiu da jurisprudência do STJ quanto ao tema, firmada no sentido de que a interpretação do referido dispositivo pode ser relativizada, em nome dos princípios da efetividade e da razoabilidade, quando a hipótese concreta dos autos permitir que se penhore parte da verba remuneratória, preservando-se o suficiente para garantir a manutenção do devedor e de sua família" (e-STJ, fls. 392-393).

Contrarrazões apresentadas.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

Inicialmente, verifico que o Tribunal de origem decidiu a controvérsia mediante os seguintes fundamentos (e-STJ, fl. 339-340):

Pois bem. A regra geral estabelecida pelo legislador processual é de proteção da remuneração da pessoa natural do devedor, nos termos do art. 833, inc. IV, do Código de Processo Civil (art. 649, IV na Legislação pretérita), que assim dispõe:

Art. 833 - São impenhoráveis: (...)

IV - os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios; bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, observado o disposto no § 3º deste artigo; (...)

§ 2º O disposto no inciso IV do caput deste artigo não se aplica no caso de penhora para pagamento de prestação alimentícia.

Conforme apresentado, prevê o artigo 833, IV, do NCPC que são impenhoráveis os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os

pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, ressalvada a possibilidade de penhora para pagamento de pensão alimentícia.

No caso posto em julgamento não estamos diante da excepcionalidade prevista pelo legislador, sendo os valores devidos oriundos do inadimplemento de contrato de locação, impondo-se sua impenhorabilidade.

Como se vê, a orientação adotada no acórdão recorrido diverge do entendimento desta Corte Superior no sentido de que é possível a mitigação da regra de impenhorabilidade das verbas salariais prevista no art. 833, inciso IV, do CPC/2015, a fim de alcançar parte da remuneração do devedor para a satisfação de crédito não alimentar, preservando-se o suficiente para garantir a sua subsistência.

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. CONTRATO DE MÚTUO. IMPENHORABILIDADE DE VENCIMENTOS. ART. 833, IV, DO CPC/2015. PENHORA SOBRE PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO DO DEVEDOR. POSSIBILIDADE (CPC, ART. 833, § 2º). AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE PROVIDO COM PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL.

1. No caso, o eg. Tribunal de origem, ao interpretar o art. 833, IV, CPC/2015, consignou que o salário, soldo ou remuneração são absolutamente impenhoráveis.

2. Ocorre que o novo Código de Processo Civil, em seu art. 833, deu à matéria da impenhorabilidade tratamento um tanto diferente em relação ao Código anterior, no art. 649. O que antes era tido como "absolutamente impenhorável", no novo regramento passa a ser "impenhorável", permitindo, assim, essa nova disciplina maior espaço para o aplicador da norma promover mitigações em relação aos casos que examina, respeitada sempre a essência da norma protetiva. Precedente: EREsp 1.582.475/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 03/10/2018, REPDJe 19/03/2019, DJe de 16/10/2018.

3. Agravo interno parcialmente provido para modificar a decisão

Superior Tribunal de Justiça

agravada e, em novo exame do recurso, dar parcial provimento ao recurso especial, no sentido de afastar a conclusão acerca da impenhorabilidade absoluta da remuneração, determinando o retorno dos autos à origem, para que o Tribunal local prossiga no julgamento do feito, como entender de direito.

(AgInt nos EDeI no REsp 1.676.013/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 11/6/2019, DJe 26/6/2019.)

A análise da questão há de ser, portanto, casuística, cabendo às instâncias ordinárias examinarem se, no caso concreto, a penhora sobre proventos poderá atingir o núcleo intangível da dignidade humana.

No caso concreto, o Juízo de primeiro grau, considerando ser expressivo o valor da remuneração do executado, concluiu que a penhora do percentual de 10% (dez por cento) dos seus vencimentos não afeta a subsistência do recorrido, consignando, para tanto, o seguinte (e-STJ, fls. 273-273):

Diante disso, por verificar que já foram realizadas diversas tentativas para a satisfação do crédito e que o exequente trouxe aos autos comprovação do expressivo vencimento do executado, em consonância com os princípios da efetividade e da razoabilidade, defiro parcialmente o pedido, para determinar que seja realizada mensalmente a penhora de 10% (dez por cento) dos vencimentos do requerido, até a satisfação integral do débito, que em setembro de 2015, perfazia o montante de R\$ 98.806,61 (noventa e oito mil, oitocentos e seis reais e sessenta e um centavos).

Diante do exposto, conheço do agravo e dou parcial provimento ao recurso especial para, reconhecendo a possibilidade da penhora de parcela da remuneração do recorrido em execução de valores oriundos de inadimplemento de contrato de locação, restabelecer a decisão de primeiro grau que arbitrou o desconto mensal em 10% (dez por cento) dos vencimentos do executado, até a satisfação integral do débito.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

